



GRUPO PARLAMENTAR

Projeto de Resolução n.º 1509/XIII/3.ª

Exposição de motivos

Recomenda ao Governo que desbloqueie imediatamente as verbas necessárias à construção da nova ala pediátrica do Centro Hospitalar de S. João, no Porto, e que dê cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 26/2018, de 23 de janeiro, que recomenda ao Governo que adote medidas para reforçar o apoio às crianças e jovens com cancro

Passados mais de dois anos de governação do Partido Socialista, com o apoio político do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista, é cada vez mais visível o estado de degradação a que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) está a ser conduzido pela política de desinvestimento da atual maioria parlamentar.

Exemplo disso é o facto de os tratamentos de quimioterapia pediátrica em ambulatório, do Centro Hospitalar de S. João (CHSJ), no Porto, estarem a ser efetuados num corredor dessa unidade hospitalar, em que as crianças com doença oncológica “acabam de fazer quimioterapia e têm de partilhar os elevadores com os carrinhos do lixo”, sendo mesmo “os carrinhos da limpeza (...) colocados ao lado dos da comida”.

Trata-se, não só de uma situação humanamente indigna, como gravemente lesiva dos direitos dos utentes – para mais, tratando-se de crianças! – e que compromete as condições de qualidade mínimas que sempre devem existir no tratamento dos doentes.



GRUPO PARLAMENTAR

De há muito que o Partido Social Democrata vem denunciando os problemas existentes no CHSJ, designadamente ao nível das condições de funcionamento e de instalação dos respetivos serviços de pediatria.

Por isso mesmo o anterior Governo lançou, em Março de 2015, a primeira pedra para o novo Hospital Pediátrico integrado (HPI) do CHSJ, mais conhecido como “Joãozinho”, com vista a garantir que as crianças internadas na referida unidade hospitalar pudessem ser acolhidas em melhores condições de qualidade e conforto.

Infelizmente, logo no início de 2016, foi suspensa a construção da referida unidade pediátrica e, apesar das promessas governamentais de prosseguimento das obras, a verdade é que, passados já três anos sobre a decisão do anterior executivo, o atual Governo continua a bloquear a construção da nova ala pediátrica do CHSJ, no valor de cerca de 22 milhões de euros.

Assim, hoje, em 2018, a unidade do “Joãozinho”, para a qual as crianças são encaminhadas quando têm de ser internadas, continua a funcionar em contentores, fora do edifício central do CHSJ.

Ainda esta semana, a administração do CHSJ denunciou que está há quase um ano à espera que o Governo liberte verbas para a construção da nova unidade pediátrica, não assumindo o Ministério da Saúde uma data concreta para desbloquear as verbas necessárias para o efeito.

Com efeito, o Presidente do Conselho de Administração do CHSJ referiu que, “Já há muito tempo que vínhamos a denunciar publicamente as condições em que fazemos a totalidade do atendimento pediátrico, e não só, e o tratamento de quimioterapia”, acrescentando que



GRUPO PARLAMENTAR

“o que nós precisamos é que sejam desbloqueadas verbas [de cerca de 22 milhões de euros], que já nos foram prometidas” e esclarecendo, finalmente, que “O ministro sempre nos garantiu que as verbas estavam disponíveis, que estavam à espera de um desbloqueio, que presumo que seja por parte do Ministério das Finanças”.

O referido responsável admitiu mesmo que as atuais condições do atendimento pediátrico no CHSJ são “indignas” e “miseráveis”, denunciando que “Há um protocolo assinado, temos um projeto pronto para entrar em execução e não temos o dinheiro libertado que torne possível a execução desse projeto”.

No passado dia 11 de abril, o Grupo Parlamentar do PSD confrontou o Ministro das Finanças, numa audição conjunta nas Comissões de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e da Saúde, com a referida situação, não obtendo qualquer resposta concreta deste membro do Governo sobre quando irão ser desbloqueadas as verbas para as obras da ala pediátrica do Hospital de São João.

Com efeito, o Ministro das Finanças limitou-se a afirmar, nessa ocasião, que, “Neste momento, o projeto da ala pediátrica do [Centro Hospitalar de] São João está englobado num conjunto de projetos, cuja aprovação foi feita e está em progresso pelo Governo e vai avançar, mas avançar de forma concreta”...

Porém, também esta semana foram divulgadas declarações do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Fernando Araújo, segundo as quais “o dinheiro foi já transferido para o Hospital [de São João] e a autorização para o utilizar será dada muito em breve”.

Trata-se, assim, de uma vergonhosa situação de passa culpas, em que uns membros do Governo afirmam que o dinheiro foi já transferido para o hospital, outros não o confirmam,



GRUPO PARLAMENTAR

e os responsáveis hospitalares confessam o não desbloqueamento dessas verbas e a sua impotência perante a irresponsável inação do Governo.

De ter presente que este é só mais um exemplo, embora um dos mais graves e inadmissíveis, da má gestão política do SNS, que se encontra cada vez mais degradado, passados dois anos e meio de governação do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista.

Ainda recentemente, aliás, o Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares afirmou, a propósito do estado em que se encontra o CHSJ, que “Existem situações, em vários hospitais do Serviço Nacional de Saúde que, não tão dramáticas como esta, mas que se tem vindo a degradar e que, se nada for feito, naturalmente, depois tem de se ter este tipo de consequências para a qualidade dos cuidados médicos prestados aos doentes.”

O PSD considera que esta degradação das condições de atendimento dos utentes do SNS – em particular no caso das crianças com doença oncológica seguidas no Centro Hospitalar de São João – não pode continuar por mais tempo.

Urge, pois, retomar o processo de construção da ala pediátrica daquela importante unidade hospitalar, sem mais desculpas ou justificações, que não passam de vãs tentativas do Governo para ir adiando o que há muito deveria ter realizado e colocado ao serviço dos doentes.

Acresce que, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, o Parlamento aprovou a Resolução da Assembleia da República n.º 26/2018, de 23 de janeiro, que recomenda ao Governo que adote medidas para reforçar o apoio às crianças e jovens com cancro, nos domínios da segurança social e trabalho, da saúde e da educação.



GRUPO PARLAMENTAR

Na referida Resolução da Assembleia da República recomenda-se ainda ao executivo, uma vez mais, a aprovação do Estatuto do Cuidador Informal, nos termos, aliás, já recomendados pelas Resoluções da Assembleia da República n.ºs. 130/2016 e 136/2016, respetivamente de 18 e 19 de julho de 2016.

É inaceitável que o atual Governo continue a ignorar estas recomendações da Assembleia da República e, muito mais grave, a sujeitar as crianças e jovens vítimas de doença oncológica a um tratamento desumano e a ignorar a difícil situação a que as respetivas famílias estão sujeitas.

O Grupo Parlamentar do PSD considera que a atual situação de negação do direito à proteção da saúde não se pode prolongar por mais tempo, impondo-se, pois, que o Governo desbloqueie imediatamente as verbas necessárias à construção da nova ala pediátrica do Centro Hospitalar de S. João, no Porto, e que dê cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 26/2018, de 23 de janeiro, que recomenda ao Governo que adote medidas para reforçar o apoio às crianças e jovens com cancro.

Nestes termos, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresentam o presente Projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:

1. Desbloqueie imediatamente as verbas necessárias à construção da nova ala pediátrica do Centro Hospitalar de S. João, no Porto.



GRUPO PARLAMENTAR

2. Dê cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 26/2018, de 23 de janeiro, que recomenda ao Governo que adote medidas para reforçar o apoio às crianças e jovens com cancro.

Palácio de São Bento, 13 de abril de 2018

Os Deputados,
Fernando Negrão
Adão Silva
Ricardo Baptista Leite
Luís Vales